



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

TÍTULO I – ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO I – FUNÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA	25
--	-----------

1. Função de Polícia Judiciária e Investigação Criminal	25
1.1. Previsão legal	25
1.1.1. Polícia Judiciária x Polícia Investigativa	26
2. Presidir Inquérito policial ou outro procedimento de Polícia Judiciária	27
2.1. Investigação por meio de inquérito policial	28
2.1.1. Conceito e finalidade	28
2.1.2. Algumas características do inquérito policial	28
2.1.2.1. Procedimento inquisitório	28
2.1.2.2. Procedimento sigiloso	30
2.1.2.3. Procedimento escrito	31
2.1.2.4. Procedimento indisponível	31
2.1.2.5. Procedimento dispensável	31
2.1.2.6. Procedimento oficial	32
2.1.2.7. Procedimento oficioso	32
2.1.2.8. Discricionariedade	32
2.1.3. Formas de instauração	34

2.1.3.1. Portaria	34
2.1.3.2. Auto de Prisão em Flagrante Delito	36
2.1.4. Conclusão	37
2.1.4.1. Formalidades do relatório conclusivo	37
2.1.5. Prazo de conclusão	38
2.2. Investigação por meio de outro procedimento previsto em lei	39
3. Requisitar quaisquer elementos de informação relevantes para a investigação	40
4. Representar por medidas cautelares relevantes à investigação	42
4.1. Medidas cautelares pessoais	42
4.1.1. Prisionais	43
4.1.2. Não prisionais	43
4.2. Medidas cautelares probatórias	43
4.3. Medidas cautelares assecuratórias (reais)	43
5. Promover o indiciamento em face do investigado	44
5.1. Espécies	44
5.1.1. Direto	44
5.1.2. Indireto	44
5.2. Consequências	44

TÍTULO II – DOS ASPECTOS PRÁTICOS

CAPÍTULO I – SISTEMATIZAÇÃO LÓGICA DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS DO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA	47
1. Indagações lógicas sobre as peças práctico-profissionais	47
1.1. Qual o crime investigado no caso concreto?	48
1.2. Em que fase se encontra a investigação?	48
1.3. O que o delegado de polícia busca para o êxito das investigações?	49
1.4. Quais são os elementos sugestivos presentes no caso concreto para definição da peça adequada?	50
2. Formatação lógica das peças práctico-profissionais	55
2.1. Dicas básicas sobre a formatação das peças práctico-profissionais	55

2.2. Etapas para a formatação das peças prático-profissionais ...	56
2.2.1. Endereçamento	56
2.2.2. Referência	60
2.2.3. Preâmbulo	60
2.2.4. Fatos	61
2.2.5. Fundamentos jurídicos	62
2.2.5.1. Prática delituosa	62
2.2.5.2. Cabimento	63
2.2.5.3. Requisitos cautelares	63
2.2.6. Pedidos (Representações)	64
2.2.7. Fechamento	64
3. Modelo básico de peça	65

TÍTULO III – DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL .. 69

1. Representação pela decretação da prisão temporária	69
1.1. Conceito e natureza jurídica	69
1.2. Fundamento constitucional	70
1.3. Legitimidade	70
1.4. Prazo da medida	71
1.5. Cabimento	72
1.5.1. Crimes listados no rol taxativo da lei	72
1.5.2. Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa da prisão	76
1.6. Requisitos cautelares	77
1.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	77
1.6.2. <i>Periculum libertatis</i>	78
1.7. Modelo básico da peça	81
1.8. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Ceará de 2015	82
1.9. Resolução do caso proposto – Representação pela decretação da prisão temporária do indiciado (de acordo com as ADI's nº 3.360 e nº 4.109)	84
2. Representação pela decretação da prisão preventiva	89

2.1. Conceito e natureza jurídica	89
2.2. Fundamento constitucional	89
2.3. Legitimidade	90
2.4. Prazo	91
2.5. Cabimento	92
2.5.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	92
2.5.2. Investigado reincidente em crime doloso, qualquer que seja o <i>quantum</i> de pena	94
2.5.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	95
2.5.4. Dúvida sobre a identidade civil do investigado e não fornecimento de elementos suficientes para esclarecê-la	97
2.5.5. Inexistência de causa justificante (cumulativo)	97
2.5.6. Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa de prisão	98
2.5.7. Inexistência de finalidade de antecipação de pena, imediatismo investigativo, apresentação ou recebimento da denúncia	99
2.6. Requisitos cautelares	100
2.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	100
2.6.2. <i>Periculum libertatis</i>	101
2.6.2.1. Garantia da ordem pública	102
2.6.2.2. Garantia da ordem econômica	105
2.6.2.3. Conveniência da instrução criminal	105
2.6.2.4. Assegurar a aplicação da lei penal	106
2.6.2.5. Descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão	106
2.7. Modelo básico da peça 1	107
2.8. Modelo básico da peça 2 (conversão da prisão em flagrante em preventiva)	108
2.9. Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia da Bahia de 2018	110
2.10. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela decretação da prisão preventiva do investigado (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	112

2.11. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia federal de 2018	116
2.12. Resolução do caso proposto 2 – Representação pela decretação da prisão preventiva do indiciado (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	118
3. Representação pela decretação de medidas cautelares diversas da prisão	122
3.1. Conceito e natureza jurídica	122
3.2. Legitimidade	122
3.3. Cabimento	123
3.4. Requisitos cautelares	123
3.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	123
3.4.2. <i>Periculum libertatis</i>	124
3.5. Espécies de medidas cautelares diversas da prisão	124
3.5.1. Comparecimento periódico em juízo	125
3.5.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	125
3.5.3. Proibição de manter contato com determinada pessoa	125
3.5.4. Proibição de ausentar-se da comarca	126
3.5.5. Recolhimento domiciliar	126
3.5.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	126
3.5.7. Internação provisória	127
3.5.8. Prestação de fiança	127
3.5.9. Monitoração eletrônica	127
3.5.10. Retenção de passaporte	128
3.6. Outras espécies de medidas cautelares diversas da prisão ...	128
3.6.1. Medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual	128
3.6.2. Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	130
3.6.3. Medidas protetivas de urgência (Lei Henry Borel)	132
3.6.4. Medida cautelar de afastamento do exercício do cargo de prefeito	135
3.6.5. Medida cautelar de afastamento do exercício do cargo de magistrado	135

3.6.6. Medida cautelar de suspensão da carteira nacional de habilitação	135
3.6.7. Medida cautelar de afastamento de funcionário público do exercício de suas atividades (Lei de Drogas)	136
3.7. Modelo básico da peça 1	136
3.8. Modelo básico da peça 2 (Medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha)	138
3.9. Modelo básico da peça 3 (Medidas protetivas de urgência da Lei Henry Borel)	139
3.10. Modelo básico da peça 4 (Medida protetiva de afastamento do lar decretada pelo delegado de polícia)	140
3.11. Caso proposto 1	141
3.12. Resolução do caso proposto 1 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão do investigado do exercício de sua função pública (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	142
3.13. Caso proposto 2	145
3.14. Resolução do caso proposto 2 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão da permissão do investigado para dirigir veículo automotor ...	147
3.15. Caso proposto 3	150
3.16. Resolução do caso proposto 3 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente no afastamento de prefeito do exercício do cargo	152

CAPÍTULO II – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PROBATÓRIA 155

1. Representação pela interceptação das comunicações telefônicas	155
1.1. Conceito e natureza jurídica	155
1.2. Fundamento constitucional	156
1.3. Legitimidade	157
1.4. Cabimento	157
1.4.1. Crime punido com pena de reclusão	157
1.4.2. Indispensabilidade da medida	158
1.5. Requisitos cautelares	158
1.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	158
1.5.2. <i>Periculum in mora</i>	159
1.6. Duração da medida	159

1.7.	Modelo básico da peça 1 (Interceptação das comunicações telefônicas)	160
1.8.	Modelo básico da peça 2 (Quebra de sigilo das comunicações e de dados telemáticos)	161
1.9.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia de Pernambuco de 2016	163
1.10.	Resolução do caso proposto – Representação pela interceptação das comunicações telefônicas e pela quebra de sigilo de dados telefônicos	165
2.	Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos	171
2.1.	Conceito e natureza jurídica	171
2.2.	Fundamento Constitucional	171
2.3.	Legitimidade	172
2.4.	Cabimento	172
2.5.	Requisitos cautelares	173
2.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	173
2.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	173
2.6.	Modelo básico da peça	174
2.7.	Caso proposto 1	175
2.8.	Resolução do caso proposto 1 – Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos	177
2.9.	Caso proposto 2	181
2.10.	Resolução do caso proposto 2 – Ofício de requisição de dados cadastrais telefônicos do aparelho da vítima	181
3.	Representação pela captação ambiental	184
3.1.	Conceito e natureza jurídica	184
3.2.	Fundamento constitucional	184
3.3.	Legitimidade	185
3.4.	Cabimento	185
3.4.1.	Crime punido com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	186
3.4.2.	Indispensabilidade da medida	186
3.5.	Requisitos cautelares	187
3.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	187
3.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	187
3.6.	Duração da medida	187
3.7.	Modelo básico da peça	188
3.8.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017	189

3.9. Resolução do caso proposto – Representação pela captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	191
4. Representação pela quebra de sigilo bancário	195
4.1. Conceito e natureza jurídica	195
4.2. Fundamento constitucional	195
4.3. Legitimidade	195
4.4. Cabimento	195
4.5. Requisitos cautelares	197
4.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	197
4.5.2. <i>Periculum in mora</i>	197
4.6. Modelo básico da peça	197
5. Representação pela quebra de sigilo fiscal	199
5.1. Conceito e natureza jurídica	199
5.2. Fundamento constitucional	199
5.3. Legitimidade	199
5.4. Cabimento	199
5.5. Requisitos cautelares	200
5.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	200
5.5.2. <i>Periculum in mora</i>	200
5.6. Modelo básico da peça	201
5.7. Caso proposto	202
5.8. Resolução do caso proposto – Representação pela quebra de sigilo bancário da conta fornecida e pela quebra de sigilo financeiro, bancário e fiscal dos indiciados	204
6. Representação pela infiltração de agente policial	209
6.1. Conceito e natureza jurídica	209
6.2. Legitimidade	209
6.3. Cabimento	209
6.4. Requisitos cautelares	211
6.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	211
6.4.2. <i>Periculum in mora</i>	211
6.5. Duração da medida	211
6.6. Modelo básico da peça	212
6.7. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017	213
6.8. Resolução do caso proposto – Representação pela de infiltração de agente de polícia em tarefas de investigação	215

7.	Representação pela infiltração virtual de agente policial	219
7.1.	Conceito e natureza jurídica	219
7.2.	Legitimidade	219
7.3.	Cabimento	220
7.4.	Requisitos cautelares	221
7.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	221
7.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	221
7.5.	Duração da medida	221
7.6.	Modelo básico da peça	222
7.7.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia federal de 2021	223
7.8.	Resolução do caso proposto – Representação pela infiltração de agente na internet para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	225
8.	Representação pela ação controlada (entrega vigiada)	229
8.1.	Conceito e natureza jurídica	229
8.2.	Legitimidade	230
8.3.	Cabimento	230
8.4.	Requisitos Cautelares	230
8.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	230
8.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	230
8.5.	Modelo básico da peça	231
8.6.	Caso proposto 1	232
8.7.	Resolução do caso proposto 1 – Representação pela ação controlada na modalidade entrega vigiada	233
8.8.	Caso proposto 2 (caso 1 adaptado)	236
8.9.	Resolução do caso proposto 2 – Comunicação de ação controlada	237
9.	Representação pela busca domiciliar	241
9.1.	Conceito e natureza jurídica	241
9.2.	Fundamento constitucional	241
9.3.	Legitimidade	242
9.4.	Cabimento	242
9.4.1.	Para prender criminosos ou apreender objetos materiais ou instrumentos de crime	243
9.4.2.	Para descobrir objetos relevantes para investigação ...	243
9.4.3.	Para apreender cartas com conteúdo relevante para investigação	244
9.4.4.	Para apreender vítimas	244

9.4.5. Para colher qualquer elemento probatório relevante para investigação	245
9.5. Requisitos Cautelares	245
9.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	245
9.5.2. <i>Periculum in mora</i>	245
9.6. Modelo básico da peça	246
9.7. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia da Bahia de 2013	247
9.8. Resolução do caso proposto – Representação pela decretação da prisão temporária dos indiciados e pela decretação de busca domiciliar nos endereços dos familiares dos indiciados	250

CAPÍTULO III – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA ASSECURATÓRIA 257

1. Representação pelo sequestro de bens	257
1.1. Conceito e natureza jurídica	257
1.2. Finalidade	257
1.3. Objeto	257
1.4. Legitimidade	258
1.5. Cabimento	258
1.6. Requisitos cautelares	259
1.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	259
1.6.2. <i>Periculum in mora</i>	259
1.7. Modelo básico da peça	259
1.8. Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Tocantins de 2014 – adaptado	261
1.9. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela decretação da prisão preventiva do investigado e do sequestro dos bens adquiridos pelo investigado com os proventos do crime	263
1.10. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Pará de 2021	266
1.11. Resolução do caso proposto 2 – Representação pela decretação da prisão preventiva, da busca domiciliar e do sequestro de bens	268

CAPÍTULO IV – OUTRAS PEÇAS PRÁTICOS-PROFISSIONAIS 273

1.	Representação pelo exame de sanidade mental	273
1.1.	Conceito e natureza jurídica	273
1.2.	Legitimidade	273
1.3.	Cabimento	274
1.4.	Requisitos cautelares	274
1.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	274
1.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	274
1.5.	Modelo básico da peça	274
1.6.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Rio de Janeiro de 2014 – adaptado	276
1.7.	Resolução do caso proposto – Representação pelo exame de sanidade mental	277
2.	Portaria	281
2.1.	Considerações gerais	281
2.2.	Modelo básico da peça	282
2.3.	Caso proposto 1	282
2.4.	Resolução do caso proposto 1 – Portaria de instauração de inquérito policial	283
2.5.	Caso proposto 2	286
2.6.	Resolução do caso proposto 2 – Portaria de instauração de inquérito policial	286
2.7.	Caso proposto 3	288
2.8.	Resolução do caso proposto 3 – Portaria de instauração de inquérito policial	289
2.9.	Caso proposto 4 – Concurso para delegado de polícia do Espírito Santo de 2019	291
2.10.	Resolução do caso proposto 4 – Portaria de instauração de inquérito policial	293
2.11.	Caso proposto 5 – Concurso para delegado de polícia de Rondônia de 2022	296
2.12.	Resolução do caso proposto 5 – Portaria de instauração de inquérito policial	298
3.	Despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito	301
3.1.	Considerações gerais	301
3.2.	Modelo básico da peça 1 (auto de prisão em flagrante delito)	304
3.3.	Modelo básico da peça 2 (despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito)	306

3.4.	Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Piauí de 2014	307
3.5.	Resolução do caso proposto 1 – Despacho ordinatório (espelho dado pela banca)	309
3.6.	Resolução do caso proposto 1 – Despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito (nosso modelo)	310
3.7.	Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Rio Grande do Norte de 2021	313
3.8.	Resolução do caso proposto 2 – Despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito	315
3.9.	Caso proposto 3 – Concurso para delegado de polícia federal de 2025	318
3.10.	Resolução do caso proposto 3 – Despacho de auto de prisão em flagrante delito	320
4.	Despacho de indiciamento	323
4.1.	Considerações gerais	323
4.2.	Modelo básico da peça	323
4.3.	Caso proposto	324
4.4.	Resolução do caso proposto – Despacho de indiciamento	325
5.	Relatório conclusivo	328
5.1.	Considerações gerais	328
5.2.	Modelo básico da peça 1 (com indiciamento no relatório) ...	328
5.3.	Modelo básico da peça 2 (sem o indiciamento no relatório – indiciamento anterior)	329
5.4.	Caso proposto	330
5.5.	Resolução do caso proposto – Relatório conclusivo com indiciamento e representação por prisão preventiva	333
BIBLIOGRAFIA		337